



TERMO DE CESSÃO DE PESSOAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, situada na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, Salvador, Bahia, doravante denominada **CEDENTE**, representada pelo Procurador-Geral de Justiça, **Dr. WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA**, e o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO**, CNPJ nº 02.839.639/0001-90, situado na Rua Bela Vista do Cabral, nº 121, Edifício Ministro Coqueijo Costa, Nazaré, Salvador, Bahia, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, neste ato representado pelo Secretário-Geral da Presidência, **Dr. CARLOS ALBERTO MARTINS LEITE**, matrícula [REDACTED] firmam o presente Termo de Cessão, com as Cláusulas e condições seguintes, de acordo com o Ato CSJT.GP.SG.CGPES n. 75/2013:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Este Termo disciplina a cessão feita pelo **CEDENTE**, da servidora **GEANE DOS ANJOS BALDO**, do seu quadro de servidores efetivos, matrícula nº [REDACTED] lotada na Secretaria Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, para atendimento de necessidade de recursos humanos do **CESSIONÁRIO**.

CLÁUSULA SEGUNDA - A servidora posta à disposição do **CESSIONÁRIO** manterá seu vínculo com o **CEDENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - O **CESSIONÁRIO** compromete-se a encaminhar os dados referentes à frequência mensal ao **CEDENTE**, até o décimo dia do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA - O **CESSIONÁRIO** reembolsará o **CEDENTE** com o valor total da remuneração paga, de acordo com a Lei 12.774/2012 e o art. 3º do Ato CSJT.GP.SG.CGPES n. 75/2013, devendo o **CEDENTE** enviar ao **CESSIONÁRIO**, mensalmente, planilha constando o valor a ser ressarcido, discriminado por parcela e servidor, acompanhada da comprovação de pagamento, devendo o **CESSIONÁRIO** efetuar o ressarcimento no mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na hipótese de não efetivação do reembolso por 2 (dois) meses consecutivos, o **CEDENTE** poderá, a seu exclusivo critério, exigir o retorno da servidora.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **CESSIONÁRIO** compromete-se a aceitar, para efeito de reembolso, as alterações salariais verificadas na folha de pagamento da servidora cedida, sejam resultantes de promoções ou outros atos da administração do **CEDENTE**.

CLÁUSULA QUINTA - A execução do presente Termo compete ao titular do **CESSIONÁRIO** que manterá com o **CEDENTE** os entendimentos que se fizerem necessários para o seu cumprimento.

CLÁUSULA SEXTA - O presente Termo vigorará por 01 (um) ano a partir do dia 01/01/2013. Findo este prazo, o acordo ficará automaticamente prorrogado pelo mesmo período, caso as



partes não se pronunciem contrariamente, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO – O **CEDENTE** se compromete a informar ao **CESSIONÁRIO** sobre eventual desligamento da servidora do cargo de origem.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Termo poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

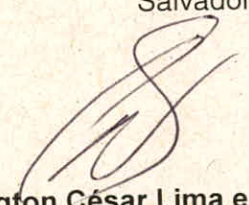
PARÁGRAFO ÚNICO - Rescindido este Termo ou findo o prazo de sua vigência, o **CESSIONÁRIO** fará retomar ao **CEDENTE** imediatamente a servidora cedida.


CLÁUSULA OITAVA - O resumo do presente Termo será publicado nos diários oficiais do **CEDENTE** e do **CESSIONÁRIO**, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura.

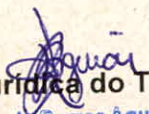
CLAUSULA NONA - O Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia, Capital do Estado, será o único com jurisdição e competência para apreciar e dirimir as dúvidas ou controvérsias, porventura decorrentes da interpretação e execução deste Termo.

Assim havendo ajustado, fizeram lavrar este Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelos seus representantes legais e pelas 2 (duas) testemunhas, para que produza os efeitos jurídicos e legais efeitos.

Salvador, 18 de setembro de 2013.


Wellington César Lima e Silva
Procurador-Geral de Justiça
Cedente


Carlos Alberto Martins Leite
Secretário-Geral da Presidência
Cessionário/TRT5


Assessoria Jurídica do TRT5
Rísang da Barros Aguiar
Diretora da Secretaria de Assessoramento Jurídico

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Adesão de Voluntários

| Nome | Lotação | Início | Término |
|-----------------------------------|----------|------------|------------|
| Caroline Dantas Damascena | Ilhéus | 30/09/2013 | 29/09/2014 |
| Luciana Pires de Freitas | Ilhéus | 01/10/2013 | 30/09/2014 |
| Yone Luara Xavier Tupinã da Silva | Juazeiro | 01/10/2013 | 30/09/2014 |

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE

RESUMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS - CONTRATO Nº 132/2013- SGA

Processo: 003.0.107819/2013 - Ata de Registro de Preços nº 020/2013.

Parecer jurídico: 485/2013.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Wilson Silva Amorim.

Objeto: Fornecimento de licenças de uso de softwares (SW) Microsoft.

Valor unitário (licença Microsoft Exchange Server Standard Cal Lic/AS por usuário): R\$ 257,12 (duzentos e cinquenta e sete reais e doze centavos).

Valor unitário (licença Microsoft Windows Server - Cal Lic/AS por usuário): R\$ 110,80 (cento e dez e oitenta centavos).

Valor global: R\$ 183.960,00 (cento e oitenta e três mil, novecentos e sessenta reais).

Dotação orçamentária: Unidade Gestora 40.601.0001 - Fonte 100- Projeto/Atividade 7626 - Elemento de Despesa 44.90.39.

Prazo de vigência: o contrato vigorará da data da publicação até 36 (trinta e seis) meses a contar da data do recebimento definitivo o objeto.

Data da assinatura: 25/09/2013.

*Republicado por haver incorreções

RESUMO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 003.0.126803/2013

Parecer Jurídico: 449/2013.

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia - CREA-BA, CNPJ 15.233.026/0001-57.

OBJETO: Verificação da conformidade de laudos de vistoria de engenharia e estabilidade estrutural dos estádios de futebol do Estado da Bahia quanto ao cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos pelo Decreto nº 6795/2009 e pela Portaria nº 124/2009, do Ministério do Esporte, garantindo o registro de Anotações de Responsabilidade Técnica por profissional devidamente habilitado.

Vigência: 02 anos a contar da data da assinatura.

Data de assinatura: 26/09/2013.

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS

Processo: 003.0.180648/2013

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública no Estado da Bahia - COOMPEB, CNPJ 04.892.098/0001-90.

Objeto: Revogar o termo de permissão de uso de bem móvel, à título de gratuito, de 01 (um) nobreak 1300 Va Bivolt e 01 (uma) estante de aço com 06 prateleiras.

Efeitos: Em face da presente Revogação, concede-se o prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, para entrega dos bens, em perfeito estado de conservação, pela Permissionária.

Data de assinatura: 13/09/2013.

RESUMO DE CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO

Processo: 003.0.1183336/2013.

Parecer Jurídico: 615/2013.

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e a Faculdade Apoio, mantida pela UNIFASS SISTEMA DE ENSINO, CNPJ 04.953.427/0001-65.

Objeto: Possibilitar a participação de alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos ofertados pela FACULDADE APOIO, no processo seletivo para o "Programa de Estágio" do Ministério Público.

Vigência: 05 (cinco) anos, contados a partir da data das assinaturas das partes convenientes.

RESUMO DE TERMO DE CESSÃO DE PESSOAL

Processo: 003.0.73067/2013.

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, CNPJ 02.839.639/0001-90.

Objeto: Cessão da servidora Geane dos Anjos Baldo, do quadro de servidores efetivos do Ministério Público do Estado da Bahia para o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de 01/01/2013.